

Funções administrativas na gestão familiar

Alexandre da Silva Viegas

José do Carmo Pinto

Pedro Xavier da Penha

Resumo:

O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento das funções administrativas e verificar a possibilidade de aplicação na micro entidade, denominada de família. Aborda a utilização das funções administrativas, principalmente o planejamento, a organização e o controle como meios para que o gestor familiar possa acompanhar a variação da riqueza do patrimônio. Procura-se conhecer o perfil das famílias de uma cidade mineira, evidenciando suas opiniões a respeito da gestão familiar, e principalmente da utilização de controle das despesas/custos, evitando ter uma saída de recursos excedente as entradas. Utilizou-se de estudo bibliográfico e pesquisa de campo. A consolidação da gestão familiar baseia, principalmente, no interesse dos gestores, na mudança de comportamento, na visão de médio e longo prazo, enfim na efetivação de um orçamento familiar que atenda as necessidades do imediatismo e na elaboração de um planejamento estratégico que vise a maximização do patrimônio familiar tangível e intangível.

Área temática: *Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos*

Funções administrativas na gestão familiar

Alexandre da Silva Viegas (Funcec) - alexandresviegas@ig.com.br

José do Carmo Pinto (Funcec) - jose.carmo@arcelor.com.br

Pedro Xavier da Penha (Funcec) - pedroxavier@funcec.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento das funções administrativas e verificar a possibilidade de aplicação na micro entidade, denominada de família. Aborda a utilização das funções administrativas, principalmente o planejamento, a organização e o controle como meios para que o gestor familiar possa acompanhar a variação da riqueza do patrimônio. Procura-se conhecer o perfil das famílias de uma cidade mineira, evidenciando suas opiniões a respeito da gestão familiar, e principalmente da utilização de controle das despesas/custos, evitando ter uma saída de recursos excedente as entradas. Utilizou-se de estudo bibliográfico e pesquisa de campo. A consolidação da gestão familiar baseia, principalmente, no interesse dos gestores, na mudança de comportamento, na visão de médio e longo prazo, enfim na efetivação de um orçamento familiar que atenda as necessidades do imediatismo e na elaboração de um planejamento estratégico que vise a maximização do patrimônio familiar tangível e intangível.

Palavras-chaves: Família, Funções administrativas, Controle.

Área Temática: Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos

1. Introdução

O cenário econômico e social em que vivemos é muito dinâmico. As mudanças ocorrem a cada dia com maior velocidade. Para que se possa acompanhar tal velocidade e agir de forma pró - ativa é preciso abandonar posições cômodas e antecipar ás tomadas de decisões. Tal estratégia não se restringe tão somente a uma organização empresarial, faz-se necessária a pequenas células sociais, como por exemplo, a família.

A família é a primeira e mais importante sociedade organizada do mundo, além de ser a base de todas as outras sociedades. Por tamanha importância, é considerada como a principal unidade básica de desenvolvimento pessoal a que pertence um indivíduo e, o local onde se vivencia um conjunto de experiências fundamentais para a formação de personalidades. É na família, por sua qualidade de gestora da vida, que o ser humano nasce e cresce.

Como as demais entidades, a família possui um patrimônio e deve se preocupar com o controle do mesmo visando acompanhar a variação de sua riqueza. A família, constituída através da reunião de duas ou mais pessoas, além dos aspectos sentimentais que as ligam, outros interesses devem estar presentes para suprir necessidades econômicas e de tomada de decisão quando duas ou mais alternativas se apresentam.

A família não pode ficar indiferente quanto à necessidade de se implantar controles dos ganhos e, principalmente, dos gastos para a continuidade do patrimônio familiar. Como uma célula social, precisa utilizar o controle, organização e planejamento, independente do número de espécimes que a constitui.

Para essa entidade, entendemos que não há necessidade de separação dos conceitos de gastos, despesas e custos. A aplicação dos mesmos, nas entidades maior é evidenciada por muitos autores. Muitas vezes, se torna difícil a diferenciação dos custos e despesas, conforme a complexidade dos sistemas operacionais das entidades. No entanto, consideramos que as despesas ou os custos familiares serão as saídas de recursos para satisfazer as necessidades das famílias, logo não há a preocupação em conhecer o que pertence ou não ao processo produtivo, como nas indústrias. A família pode ser considerada como uma entidade social, na qual não existe produção de bens e serviços, e sim origem e formação do capital humano, principal ativo das demais entidades que compõe a sociedade.

Como as demais entidades, a família possui um patrimônio e deve se preocupar com o controle do mesmo visando acompanhar a variação de sua riqueza. Por tamanha importância, é considerada como a principal unidade básica de desenvolvimento pessoal a que pertence um indivíduo e o local onde se vivencia um conjunto de experiências fundamentais para a formação de personalidades.

As condições da família dependem de fatores como o número e características de seus componentes (sexo, idade, instrução e nível de qualificação, etc) e de sua posição hierárquica no grupo (chefe, cônjuge e filhos, etc), onde estão associados papéis definidos socialmente. O IBGE (2006) no Censo de 2000 retrata que:

Famílias com filhos mais novos ou chefiadas por mulheres possuem maior probabilidade de serem pobres ou muito pobres. Entretanto, à medida que os filhos crescem e começam a entrar no mercado de trabalho, essa probabilidade diminui, vindo a crescer novamente em algum momento na família de chefes idosos, seja quando ainda há filhos maduros em casa, seja quando o casal ou o cônjuge se torna viúvo.

Como qualquer outra sociedade, a família deve ser gerida e estruturada para atingir os seus objetivos emocionais, sociais, financeiros e econômicos. Foi o pensamento do “futuro” que levou o homem aos primeiros registros a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção, etc. Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de que se pudesse prestar conta da coisa administrada.

2. Patrimônio, patrimônio familiar e organização

O patrimônio pode ser conceituado, contabilmente, como o conjunto de bens, direitos e obrigações, pertencentes a uma pessoa jurídica ou física. No ambiente familiar, verificamos a presença destes elementos. Os bens são necessários para que a família viva. Representam os móveis, imóveis, os bens de consumo e outros. Os direitos figuram como créditos que a família tem com terceiros, como o salário a receber, empréstimos a receber, o fundo de garantia a receber, etc. As obrigações já são as dívidas da família; o compromisso de pagamento dos serviços públicos utilizados, empréstimos a pagar, mensalidades a pagar, juros a pagar, etc. De acordo com Sá (2002):

O patrimônio origina-se de fontes que criam o mesmo, representando sua contra-substância, ou seja, os financiamentos, suportes próprios, dotações e resultados que dão condições para que possa existir a riqueza. Tais fontes são as que dão

oportunidade, também de formar a substância, ou seja, são causas da existência do que poderíamos dizer também “corpo da riqueza”.

Com a família não será diferente. Seus objetos materiais, os conhecimentos adquiridos, as reservas financeiras, são de sua propriedade e consecutivamente constituem-se em seu patrimônio.

A contabilidade é um instrumento de grande utilidade na organização e controle do patrimônio familiar, visto que seus elementos se encaixam eficientemente dentro das finanças de uma família. Uma das maiores dificuldades de controle, que se tem hoje, é fazer o equilíbrio do orçamento doméstico das entradas e saídas de recursos. Muitas pessoas não têm a mais vaga idéia do patrimônio que possuem, do volume das suas despesas mensais e de quanto precisam para viver confortavelmente por mês.

Para equilibrar o orçamento e fazer que as despesas se tornem menor do que as receitas (no caso, salário), é preciso analisar se os gastos variáveis (alimentação, luz, água, telefone, etc) e arbitrários (viagens, roupas, restaurante, etc), podem ser reduzidos. Pode ser o princípio de uma boa economia. Geralmente, os gastos arbitrários são aqueles que podem ser cortados da noite para o dia e que farão pouca diferença no cotidiano. O ideal é cortá-los primeiro e à medida que se for organizando as finanças, eles poderão ser colocados novamente aos poucos dentro do orçamento.

Outra alternativa é o gestor familiar buscar formas de aumentar suas receitas, porém, verificamos que pode levar um tempo para sua efetivação. Enquanto, estiver com as despesas maiores que as receitas, seria conveniente atuar nestes gastos controláveis, afinal o aumento da receita dependerá do ambiente externo. Podemos, comparar com a formação do preço de venda, no qual não implica apenas nos custos empresariais, mas na conjuntura do mercado, logo se os custos forem maiores que os valores de venda praticados no mercado, o gestor deverá dar ênfase na redução de custos (ambiente interno) e depois procurar aumentar suas receitas, através de um maior volume de venda e de novos nichos.

Um dos pontos para fazer o orçamento seria a organização dos dados, o registro, o acompanhamento, o monitoramento das ações dos gestores, uma vigilância. Segundo Maximiano (1992, *apud* Fraga 2005):

Uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa. "Uma grande empresa ou uma pequena oficina, um laboratório ou o corpo de bombeiros, um hospital ou uma escola são todos exemplos de organizações”.

Uma organização é formada pelo somatório de pessoas, máquinas e outros equipamentos, recursos financeiros e outros. A organização então é o resultado da combinação de todos estes elementos orientados a um objetivo comum.

No meio familiar não é diferente, quanto maior o nível de organização, maior será a facilidade para administrar o seu patrimônio. A organização dos bens e direitos, das receitas, das obrigações, das despesas, pode auxiliar o gestor da família no controle e maximização do seu patrimônio.

3. Gestão e gestão familiar

O conceito da gestão, apesar de largamente difundido, não constitui um consenso. Inúmeras são as suas fórmulas e propostas, que vieram ganhando estrutura e conteúdo desde os primórdios da administração, tanto pública, quanto privada. Assim, sem a preocupação de

apresentar cada passo de sua evolução, basta que seja observada a seqüência das escolas clássicas da administração para identificar e concluir sobre o amplo leque de conceitos distintos, às vezes contraditórios, que já receberam o rótulo de gestão.

Entretanto, a gestão pode ser conceituada através dos elementos que precisam estar presentes em sua prática. Dessa forma, pode-se conceituar a gestão como sendo um processo sistemático e permanente envolvendo o planejamento da ação, a implantação da ação, a manutenção da ação, os registros das atividades envolvidas, o registro dos resultados previstos e alcançados, a documentação das decisões e atividades decorrentes, a disseminação de informações de relevante interesse, a monitoração dos processos e atividades, a monitoração do desempenho organizacional interno e externo, o controle dos processos e dos resultados, a avaliação crítica de todos os elementos da gestão, e o aprimoramento contínuo dos mesmos.

Fayol (1916, apud Chiavenato 1993) definiu as funções do administrador em prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Poucos são os estudos que tratam da gestão familiar, entretanto, parece razoável supor que a mesma deve adotar critérios semelhantes aos utilizados em uma entidade empresarial. Nas famílias de classe média e aquelas consideradas ricas, verifica-se a importância da organização de uma contabilidade; impõe-se essa necessidade, quando existe mais apreciável estado de fortuna e quando sejam mais intensas as atividades econômicas.

4. Planejamento, orçamento e controle familiar

O planejamento, junto com a organização, poderia ser considerado o primeiro degrau na consecução dos objetivos familiares. No processo de planejar, acredita-se que envolva um “modo de pensar”; que envolva interesses, indagações; e estas envolvem questionamentos sobre o que será feito, como, para quem, quando, por que, por quem e onde será feito. Conforme Halfeld (2004), todos são capazes de modificar o comportamento:

Talvez a mudança de pequenos hábitos possa gerar importantes contribuições em sua poupança. Talvez tal mudança signifique uma aposentadoria alguns anos mais cedo. Pense nisso... Cada um tem um estilo de vida e deve saber escolher onde gastar seu suado dinheiro. Poupar é a primeira batalha. Investir corretamente, fazendo seu dinheiro crescer, é a segunda. Usufruir dos resultados obtidos é vencer a guerra.

Conforme Drucker (1962, apud OLIVEIRA, 1997), o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes. O gestor familiar deve estabelecer suas metas abrangendo eventos presentes e futuros, visando a sustentação, prosperidade e economicidade do patrimônio.

O planejamento é o conjunto previamente ordenado de ações que têm como fim alcançar posições futuras desejadas. Compreende o envolvimento de pessoas, a alocação de recursos e procedimentos de controle e avaliação necessários para estimar a efetividade das ações em relação ao que foi estabelecido. Refere-se a uma estimativa de impacto no futuro das ações adotadas no presente. Alguns tipos de planejamento são os referentes à: de longo prazo; dos investimentos de capital; orçamentário.

O produto final do planejamento é a orientação sobre o impacto das decisões que devemos tomar hoje. O planejamento é afetado por múltiplos fatores e recursos, que se entrecruzam no sentido de retratar e abranger diferentes perspectivas. Ressalta-se, entre essas, o desafio de se estabelecer uma coerência entre os objetivos e os meios para alcançá-los. De acordo com Kontz (1959):

O planejamento é a mais fundamental das cinco funções administrativas, de vez que envolve seleção dentre cursos alternativos de ação para a empresa, como um todo, e para cada departamento e pessoas que a integra. O planejamento não é somente uma função básica para todos os administradores em todos os níveis da empresa, como ainda as quatro outras funções do administrador dele dependem. Assim é que um administrador organiza, designa pessoal, dirige e controla para assegurar a consecução de objetivos em conformidade com os planos.

O planejamento envolve a seleção de objetivos da empresa bem como metas departamentais e de programas e a determinação dos meios para os atingir. Constitui, pois, a elaboração de uma abordagem racional para objetivos e metas parciais pré-escolhidos. De vez que esta abordagem não tem lugar num vácuo, o bom planejamento tem de considerar a natureza do futuro em que as decisões e ações planejadas devem operar.

A amplitude do planejamento pode ser ilustrada pelos tipos de planos que a empresa possui. Eles podem ser classificados como:

- Objetivos ou metas são fins para os quais se dirige a atividade;
- Diretrizes orientam ou canalizam o raciocínio no processo de tomada de decisão pelos subordinados;
- Procedimentos estabelecem um método costumeiro de lidar com as atividades futuras;
- Normas constituem um curso de ação necessário;
- Orçamentos são uma afirmação de resultados esperados;
- Programas são um complexo de diretrizes, procedimentos, normas, designação de obrigações, e outros elementos necessários para dar andamento a um certo curso de ação;
- Estratégias são consideradas como planejamento interpretativo, ou planos feitos à luz dos planos de um competidor.

A revisão bibliográfica do assunto de planejamento possibilitou, aos autores deste trabalho a verificação de que esta teoria pode ser aplicada ao ambiente familiar, logo, adaptou-se à mesma e chegou-se ao POF (Planejamento do Orçamento Familiar).

O Planejamento do Orçamento Familiar deve ser bem detalhado e em todos os segmentos. Nele deverão constar todas as fontes de renda da família, bem como as despesas/custos. É onde se busca o equilíbrio entre receitas e despesas, o qual mostrará o que é supérfluo e o que é básico, norteador assim a estratégia de gestão do patrimônio da família.

Orçamento familiar é a relação entre a soma das receitas (salário, pensões, etc) e dos gastos mensais. É importante saber se a renda é regular (quando se recebe mensalmente na data certa) e irregular (quando não há certeza da quantia recebida). Deve-se ter uma idéia da receita do mês e daquilo que se pretende gastar. As despesas/custos podem ser separadas por categorias conforme exemplificado abaixo:

- Alimentação: Supermercado, padaria, açougue.
- Habitação: Aluguel, condomínio, água, luz, etc.
- Vestuário: Roupas, sapatos, acessórios.
- Educação: Mensalidades, material escolar.
- Saúde: Médico, dentista, remédios.
- Higiene: Higiene pessoal, produtos de limpeza.
- Transporte: Ônibus, combustível, gasolina.
- Serviços: Faxineiro, cabeleireiro, manicure, costureira.
- Lazer: Férias, passeios, festas.

Orçamento familiar não é apenas "anotar as despesas realizadas". Envolve planejamento, priorização e controle do fluxo de caixa. É o que nos orienta o Financer (2006):

A elaboração do orçamento familiar não é uma tarefa fácil, porém, é necessária para quem tem planos para o seu futuro e o de sua família. Estabelecer objetivos comuns e conversar francamente sobre as finanças com a família é o caminho para que cada um esteja comprometido e faça sua parte. É a forma de garantir a estabilidade das finanças no presente, visando prevenir o futuro.

Outro ponto importante na gestão familiar e que podemos considerar como base do orçamento e do planejamento é o controle. O mesmo significa acompanhar e/ou atuar no processo de maneira que os seus efeitos estejam em conformidade com padrões (metas) estabelecidos. O controle é exercido para manter os resultados ou para melhorá-los. Controle equivale à administração, gerência. Controlar é monitorar os resultados e buscar as causas (meios) da impossibilidade de se atingir uma meta (fim), estabelecer contramedidas e/ou montar um plano de ação, atuar e padronizar em caso de sucesso.

O controle faz com que os fatos se conformem aos planos. Depois de traçada uma meta e elaborados os controles para atingir os objetivos, deve-se verificar a execução dos mesmos e/ou aperfeiçoá-los. Recorrendo a D'Áurea (1957) sobre a importância do controle do patrimônio familiar, é possível confirmar que:

É necessária a proteção dos interesses da família, para a defesa das situações de negócios com terceiros, para garantir o sustento de seus membros, a educação da prole e proporcionar futuro estável, preservando-os do mal-estar físico e moral e criando-lhe um clima de tranqüilidade, condições indispensáveis ao seu equilíbrio, e conseqüentemente, a própria ordem social.

Um pequeno gasto diário pode representar uma soma elevada ao final de alguns anos e ser direcionado para outros fins. Os sonhos são os grandes motivos dos investimentos, e ao pensarmos neles devemos nos lembrar que investir significa adiar um consumo presente, para no futuro, ter mais dinheiro para consumir. Estejamos certos de que ninguém precisa ser milionário para ter independência financeira. A análise de investimento empresarial pode atender os seguintes objetivos:

- Definir dentre vários projetos de investimento qual o mais rentável.
- Calcular a rentabilidade de um determinado projeto de investimento.
- Determinar o volume mínimo de vendas que um projeto de investimento precisa gerar para que possa ser rentável.
- Definir o tamanho ideal de um projeto de investimento.

Ao organizar as finanças familiares com critérios definidos, sendo bastante realista com as receitas e despesas, você acabará por descobrir que tem mais recursos do que imagina para fazer suas aplicações. Lembre-se de que ao definir os seus objetivos de investimentos, sua decisão deve levar em consideração os prazos de retorno, conforme descrito a seguir:

- a) Objetivos de curto prazo são aqueles que você gostaria de alcançar em até um ano. São aplicações para ter um fundo de emergência, para financiar suas próprias férias ou algo do gênero.
- b) Objetivos de médio prazo são aqueles que você leva de um a cinco anos para conquistar. Esses investimentos servirão para compra da casa própria, a troca do carro etc.

- c) Objetivos de longo prazo são aqueles destinados, por exemplo, à complementação da aposentadoria ou à faculdade de seus filhos, pois espera-se que você comece a pensar sobre isso com mais de cinco anos de antecedência.

Segundo Luquet (2002):

O prazo de seu investimento é um item importante a ser considerado quando você estiver avaliando o risco de sua aplicação. Se você tem tempo, as aplicações de maior risco tendem a dar uma rentabilidade mais atraente do que aplicações conservadoras. Já opções muito conservadoras, como a caderneta de poupança, podem, no longo prazo, levá-lo a perder dinheiro.

Outra forma de selecionar seus objetivos é dividi-los em duas categorias: preservação ou aumento do capital. Se você está apenas querendo preservar seu capital, deve deixar o dinheiro em aplicações de renda fixa. Mas se você quer um aumento do capital investido, opte por deixar uma parcela do dinheiro em aplicações de maior risco, como ações, que podem fazer seu patrimônio crescer no longo prazo.

5. PESQUISA DE CAMPO

Para realização da pesquisa escolheu-se a cidade de João Monlevade em Minas Gerais. Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) - censo de 2000, o município de João Monlevade possuía 66.690 habitantes e cada família era composta por 3,8 pessoas. A partir destas informações, obteve-se a população para a realização dos cálculos amostrais, que é 17.550 famílias ($66.690 \div 3,8$).

Definiu-se pela margem de erro de 5,5% e o coeficiente de confiabilidade de 95%, visando a obtenção de uma amostra estatisticamente relevante e cujo resultado atenda aos anseios da pesquisa. A fórmula, abaixo, foi utilizada para estabelecimento do tamanho da amostra:

$$n = \frac{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot 17.550}{(0,055)^2 \cdot (17.550 - 1) + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5} = 312$$

Conforme o desenvolvimento da fórmula, chegamos à conclusão que o número mínimo de retorno seria de 312 questionários para tornar a pesquisa satisfatória.

Pesquisou-se de executivos a funcionários braçais dos diversos seguimentos da cidade. Não houve segregação dos indivíduos por padrões ou classes sócio-econômicas. Partiu-se do pressuposto que um modelo de gestão deve estar voltado para atender às necessidades dos diversos tipos de famílias, independente do tamanho do seu patrimônio.

Os dados foram organizados e classificados de acordo com a coleta obedecendo à região, a faixa etária, a renda, etc, visando proporcionar informações que sejam de fácil entendimento tanto aos participantes do projeto, quanto aos estudiosos do assunto. A apresentação dos dados se dá através de gráficos e planilhas, ferramentas que permitirão o entendimento. Como o total de questionários respondidos foi 321 e o número mínimo apontado pelo cálculo amostral seria de 312, verifica-se um desempenho de 102,88% ($321/312 \times 100$) na aplicação da pesquisa.

5.1. Dados e resultado da pesquisa

A pesquisa foi elaborada por meio de questionários, aplicados diretamente pelo grupo pesquisador (os autores). Abaixo, apresentamos as questões e o resultado apurado:

1) Quantas pessoas na família contribuem para a renda mensal?

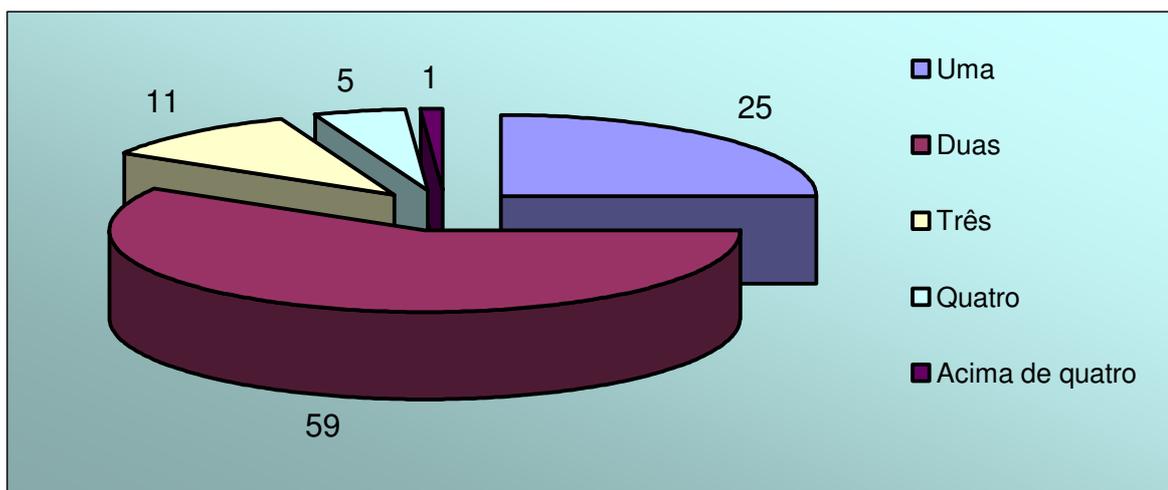


Figura 1 – Número de pessoas na família que contribuem para a renda

Na maioria das famílias, ou seja, em 75% delas, há duas ou mais pessoas contribuindo para a renda mensal.

2) Qual o nível de escolaridade das pessoas da família que contribuem para a renda mensal?

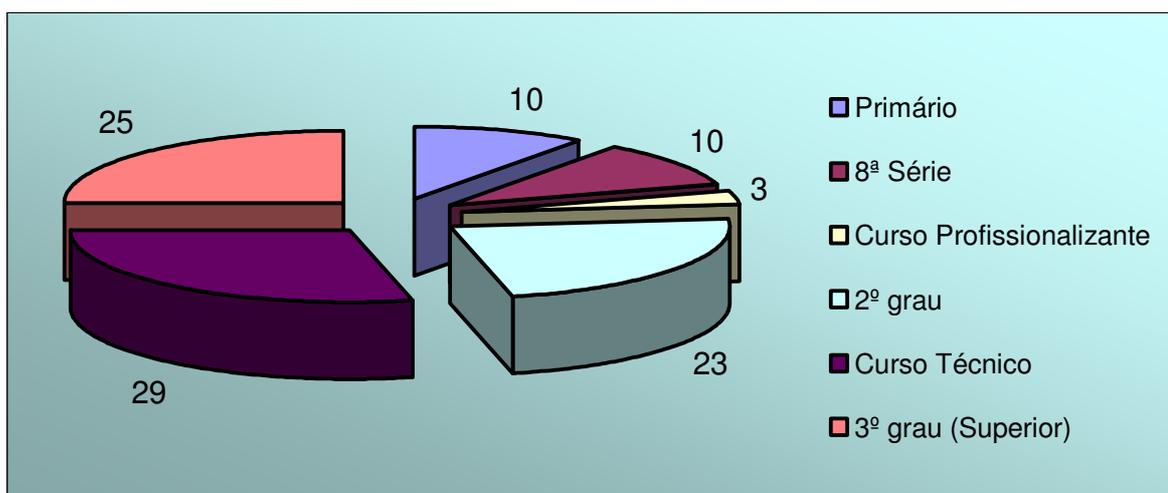


Figura 2 – Nível de escolaridade dos que contribuem para a renda

A maioria dos entrevistados, ou seja, 52% deles possuem segundo grau ou curso técnico. Já os formados em nível superior totalizam 25%.

3) Como é formada a renda familiar mensal?

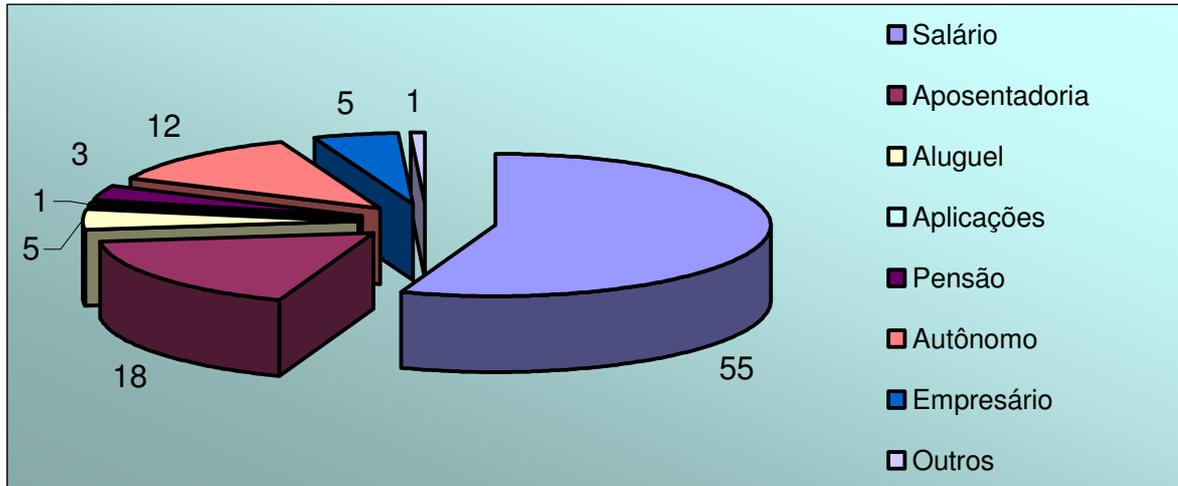


Figura 3 – Formação da renda familiar

De acordo com o gráfico acima, verifica-se que a maioria, ou seja, 55% dos entrevistados são assalariados, já os que trabalham por conta própria (autônomos e empresários), totalizam 30%.

4) Qual a faixa da renda familiar mensal?

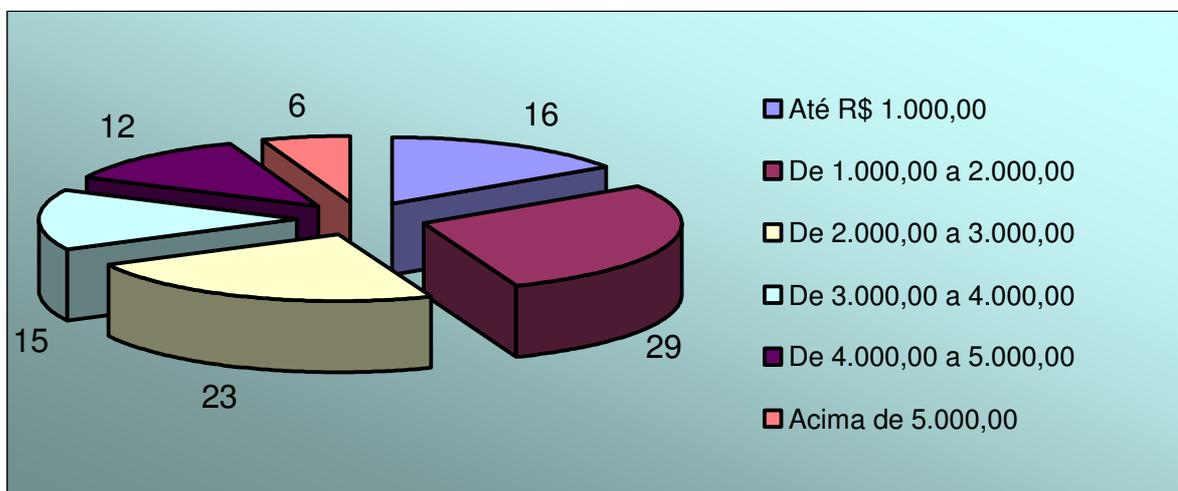


Figura 4 – Faixa da renda familiar

Nota-se pelo gráfico que 44% dos entrevistados possuem renda familiar mensal de até R\$ 2.000,00. Já as famílias com valores entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00 totalizam 38% dos entrevistados. Apenas 18% dos entrevistados possuem renda superior R\$ 4.000,00 mês.

5) A família faz algum tipo de planejamento ou controle entre renda e despesa?

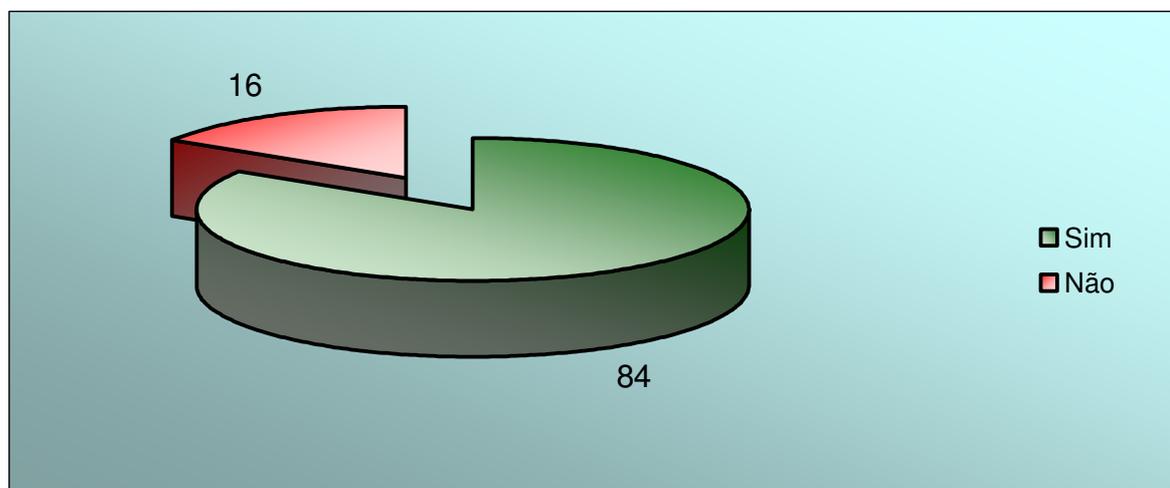


Figura 5 – Planejamento ou controle entre renda e despesa

A grande maioria dos entrevistados, ou seja, 84% deles, responderam que fazem algum tipo de controle entre o que ganham e o que gastam.

Na mesma questão, para os que não fazem nenhum controle, foi perguntado por que motivo não o fazem. As opções “Falta de tempo” e “Falta de conhecimento” tiveram resultado bem semelhantes, já que os valores ficaram entre 28% e 25% respectivamente. Já opção “Acha que não precisa” obteve maior votação com 34% dos entrevistados.

6) Se faz algum tipo de planejamento ou controle, qual é a frequência?

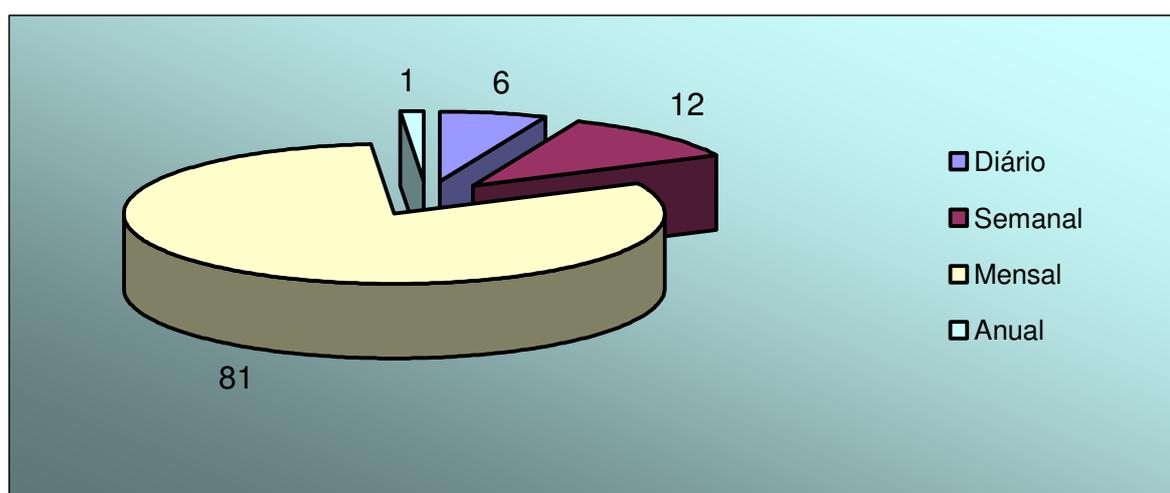


Figura 6 – Periodicidade do controle entre renda e despesas

A grande maioria, ou seja, 81% dos entrevistados fazem o controle entre o que ganham e que gastam mensalmente.

7) Acredita que o controle do orçamento e do patrimônio (controle financeiro) pode evitar algum problema de ordem financeira que você ou sua família possa vir a enfrentar?

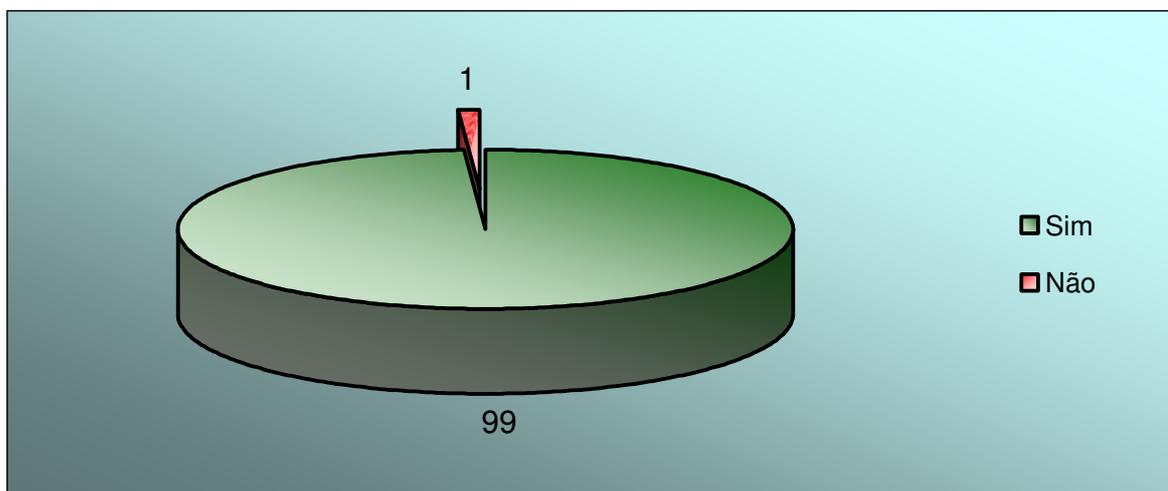


Figura 7 – Credibilidade da realização do controle entre renda e despesa

Como pode ser notado, praticamente, todos os entrevistados, ou seja, 99% deles responderam que acreditam que o controle financeiro pode evitar problemas futuros.

5.2. Modelo de orçamento familiar

Para administrar o dinheiro, o planejamento financeiro é essencial. Administrar as finanças, de forma aleatória e conforme as ocorrências do dia-a-dia poderá levar a família a dificuldades, inclusive as básicas. O controle dos gastos é fundamental para a manutenção de um orçamento familiar equilibrado. É preciso organizar o tempo e dedicar semanalmente a verificação das entradas e saídas de recursos.

Outro ponto da importância do planejamento financeiro seria para auxiliar nos fatos imprevistos que ocorrem na vida familiar, como por exemplo, doenças, acidentes, desemprego, morte, etc.

A partir do embasamento de diversos sites de finanças abordados durante a pesquisa bibliográfica, os quais disponibilizam vários modelos de controles para as pessoas físicas e tendo por objetivo auxiliar na gestão financeira, foi elaborada uma proposta de controle que possa atender às necessidades de acompanhamento da evolução econômica das famílias. Levou-se em consideração a simplicidade, a aplicabilidade e a compreensibilidade, buscando facilitar a utilização por uma pessoa completamente leiga no assunto de controle, utilizou-se do *excel* para a estrutura do controle, conforme figura abaixo.



No item lançamento de despesas, teremos todos os gastos familiares: alimentação, saúde, transporte, moradia, utilidades, educação e despesas diversas. As mesmas, automaticamente, irão para a Demonstração do resultado possibilitando verificar as Receitas menos as Despesas e apurando o resultado do exercício. Após essas operações, será possível visualizar o gráfico de cada despesa, bem como o geral.

6. Considerações finais

A variação do patrimônio necessita não somente de controle físico de bens, direitos e obrigações, mas também dos itens intangíveis que envolvem o ambiente familiar. Através do conteúdo de gestão familiar, conclui-se que a família é considerada, desde os tempos primórdios, como a célula social núcleo da sociedade. É responsável pela formação do capital humano, considerado por alguns autores como o principal ativo de outras células sociais maiores. É também de suma importância no cenário econômico, atuando como uma unidade consumidora de bens e serviços e agregando valor.

A análise global do resultado da pesquisa de campo possibilitou verificar, de um modo geral, que as pessoas têm consciência da importância e da necessidade de se fazer o controle da gestão familiar e, quando não o fazem, é principalmente pela falta de hábito para dedicarem tempo a essa questão e por falta de conhecimento.

Para efetivar os controles seria necessário que a verificação das informações ou do orçamento fosse feita semanalmente, sendo as anotações sobre as despesas, principalmente, feitas diariamente, como num fluxo de caixa. Um fato negativo observado durante o estudo foi que há pouca bibliografia a respeito da gestão familiar no Brasil. Entretanto, iniciar a cultura de aprender a controlar, desde a fase da infância, é uma alternativa para que se já transmita esse conhecimento às outras gerações. Para isto, é fundamental que as pessoas

mudem comportamentos, atitudes, tenham uma visão de futuro, tornando como rotina a utilização de controles na gestão do patrimônio familiar.

Apesar da existência de vários modelos de controle, a sua aplicação é pouca e, quando feita, geralmente, se restringe a simples anotação. É preciso ensinar o porquê, é preciso analisar as causas que levam as famílias ao descontrole, principalmente, o financeiro.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria da Administração**. São Paulo: Makron, 4.ed. 1993.

D`AUREA, Francisco. **Organização e Contabilidade Patrimonial Doméstica**, São Paulo: Nacional, 1957.

FRAGA, Marinette Santana. **Controle na gestão do patrimônio familiar**. Salvador, 2005. 115f., Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Fundação Visconde de Cairu.

HALFELD, Mauro. **Investimentos - Como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento, 2.ed. 2004.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 5.ed. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000 - Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 14 abr. 2006.

KONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril. **Princípios de Administração**. São Paulo: Pioneira, v.1, 1959.

LUQUET, Mara. **Guia Valor Econômico de Finanças Pessoais**. São Paulo: Globo, 1.ed. 2002.

Orçamento familiar. Disponível em: <http://financenter.terra.com.br/>. Acesso em 25 mar. 2006.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria Geral do Conhecimento Contábil**. Belo Horizonte: IPAT/UNA, 1992.